



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO – AUDIÊNCIA PÚBLICA -  
ORÇAMENTO 2014**

**PRESIDENTE: ROBERTO TRIPOLI**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO  
DATA: 29 DE OUTUBRO DE 2013

**OBSERVAÇÕES:**

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Bom dia a todos. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento declaro abertos os trabalhos da 19ª Audiência Pública de 2013. Essa é a terceira audiência pública sobre os PLs. 694/13 que dispõe sobre o Plano Plurianual 2014-2017 e 695/13 referente ao Orçamento 2014. É a primeira temática.

De meu lado direito, o Relator Vereador Paulo Fiorilo.

O tema dessa audiência é a Secretaria Municipal da Saúde, as autarquias hospitalar e municipal; Hospital Servidor Público Municipal; Serviço Funerário do Município; Covisa - Coordenação da Vigilância de Saúde; e o Centro de Controle de Zoonoses.

O calendário contendo as informações sobre as demais audiências está disponível no portal da Câmara Municipal de São Paulo no *link* Orçamento 2014.

Informo que as inscrições para os pronunciamentos devem ser feitas junto à secretaria da comissão e também encontram-se formulários disponíveis que podem ser usados para encaminhamentos de solicitações por escrito.

Foram convidados para participar dessa audiência pública: a Sra. Leda Maria Paulani, Secretária do Planejamento, Orçamento e Gestão, está entre nós? (Pausa) sim, está representada pelo Sr. Felipe; Sr. Marcos de Barros Cruz, Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico, há algum representante? (Pausa); e o Sr. José de Filippi Junior, Secretário de Saúde (Pausa), é Deputado Federal, está licenciado, mas está representado pelo Sr. Claudio Domingues, a quem peço fazer parte da Mesa (Pausa); Sr. Roberto Morimoto, Superintendente da Autarquia Hospitalar Municipal, que indicou como representante o Sr. Nilson Geraldo da Silva, Diretor do Departamento Financeiro, que não está presente; Sra. Regina Lúcia Pedro Athié, Superintendente do Hospital do Servidor Público Municipal, que indicou como representante o Sr. Marco Antonio Fialho, Diretor do Departamento Técnico de Administração e Estrutura, está presente? (Pausa) sim, bom dia; Sr. Serafim, assessor técnico contábil, está presente? (Pausa) sim, bom dia; Sérgio Trani, Superintendente do Serviço

Funerário, está presente? (Pausa) não; Sr. Anésio Floresti Filho, da Funerária, está presente (Pausa) sim; Sra. Rejane Calixto Gonçalves, Coordenadora da Vigilância de Saúde, está presente? (Pausa); Sra. Rosane Corrêa de Oliveira, Diretora do Centro de Controle de Zoonoses, também não está presente.

É interessante, pois várias pessoas do Governo não estão presentes e também, da sociedade civil, há apenas 2 ou 3 representantes.

Então, antes de dar início a essa audiência pública, podemos refletir um pouco o que está ocorrendo na Cidade de São Paulo.

Tivemos uma audiência pública, no bairro da Brasilândia, no último sábado, no CEU Jardim Paulistano e não estavam presentes nem o Sr. Fábio, nem a Maria do Socorro. Nem em Santo Amaro estava a Maria do Socorro.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – A senhora estava presente lá em Santo Amaro? Também não estava.

Lá na Brasilândia não estava nem a Diretora do CEU – a gestora do CEU – estava presente.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Bem vindo Vereador Aurélio Nomura, seja bem-vindo.

Nobre Vereador, V.Exa. que é mais antigo que eu, inclusive, na Câmara, estávamos refletindo o que está acontecendo.

Estivemos na Brasilândia discutindo o Orçamento e nem a gestora do CEU – onde estivemos – sabia da reunião. Nem o porteiro, pois para entrar lá já foi uma dificuldade. Não havia faixa. Aliás, nem os funcionários do CEU estavam sabendo da reunião. Nem a Subprefeitura.

Cheguei lá umas 7h30 – a reunião estava marcada para às 9h -, mas quando

chegou 10h30, eu cancelei a reunião.

Depois, fomos para Santo Amaro. Lá, haviam 80 pessoas, muitas delas ligadas aos Vereadores Jair Tatto e Alfredinho. Estavam lá dois Subprefeitos.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – O terceiro chegou depois? Estava a Sra. Cleide e o de Santo Amaro. Ah, ele compareceu, depois de vários pronunciamentos.

Hoje, vamos discutir a área da Saúde do Município de São Paulo. A maioria das pessoas presentes estão representando as Secretarias. Quer dizer, nem Secretário, nem Adjunto, nem chefes de gabinete. São pessoas técnicas, com conhecimento de causa, concursados quem sabe. Sabem tudo que concerne ao assunto. É uma falta de respeito o Secretário não vir, nem o Adjunto ou mesmo o chefe de gabinete. Eu acordo cedo, venho para cá e eles não.

\_\_\_\_\_ A sociedade civil também não está presente. Só está o senhor e a D. Socorro. Tem mais alguém? (Pausa) Que bom, mais cinco pessoas.

Vamos discutir o Orçamento de Saúde da maior Cidade do Brasil – com muito respeito aos senhores – com cinco pessoas.

Por isso, vamos refletir onde está a falha? A falha é da Presidência da Comissão de Finanças e Orçamento? Da Relatoria? Da Mesa Diretora da Câmara Municipal? Dos órgãos do Executivo. Onde está a falha? A comunicação está errada?

Podia saber do senhor, pois o Fábio está aqui, a Socorro, eu conheço, mas o senhor? Pode usar o microfone? Gostaria de saber do senhor como veio até aqui e como ficou sabendo dessa audiência pública.

**O SR. ROBERTO** – Meu nome é Roberto. Participo de movimentos populares e de conselho gestor, do Hospital Alexandre Zaio e da Supervisão Técnica da Saúde – Penha e, atualmente, estou entrando no conselho da nova UBS integral Jardim Maringá.

Desde esses tempos, já me pronunciei aqui algumas vezes.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Sim, claro, me recordo do senhor.

**O SR. ROBERTO** – Estou aqui, hoje, porque vimos...

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Como o senhor ficou sabendo da audiência pública? Como o senhor chegou aqui?

**O SR. ROBERTO** – Soube pelo Nossa São Paulo. Pelo site da Nossa São Paulo. Aliás, sempre recebo as comunicações da Nossa São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Sim, é a entidade Nossa São Paulo que, no site, divulgou nossas audiências públicas. É isso? O senhor está sempre em contato com esse site.

**O SR. ROBERTO** – É foi. Isso. Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – E a senhora? É do mesmo grupo?

**A SRA. MARIA ADENILDA MASSELARO** – Meu nome é Maria Adenilda Masselaro, sou do Movimento Popular, fui conselheira municipal. Atualmente sou do conselho estadual.

Sempre acompanho as audiências, desde a época do Orçamento Participativo, tanto a LOA como o Plano Plurianual. E soube também através da Rede Nossa São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Acho que temos de deixar de publicar em jornais e investir na Rede Nossa São Paulo.

Não gostaria de cancelar essa reunião. Cancelei a reunião da Brasilândia, mas é triste, pois lá tínhamos vários funcionários da Câmara Municipal. Foi gasto muito dinheiro ali, carro, gasolina, quer dizer, é um transtorno cancelar uma reunião tão importante como essa.

Gostaria de ouvir alguém. Quem desejaria se pronunciar? Fábio? (Pausa)

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Mesmo que estivesse o Secretário de Saúde, aqui, tudo bem. É falta de respeito não estar aqui, mas, da mesma forma, a população que precisaria discutir a Saúde, também não está.

Eu mesmo, que trabalho com proteção dos animais, não vejo o Centro de Controle de Zoonoses aqui presente. É simples, quer dizer, eu poderia chamar todos os protetores e fazer uma reunião só com o Centro de Controle de Zoonoses e, com certeza, ficaria lotada.

Imaginei que eles teriam se mobilizado.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Socorro, me desculpe, mas você está em todas as audiências públicas da Câmara Municipal. Não sei se mora aqui ao lado, é vizinha.

Mora no leste, mas está em todas, desde o ano passado. Quando fui Presidente de Finanças, há 2, 3 anos, vocês já estavam.

Queria discutir o desperdício do dinheiro público na audiência pública.

Sinceramente, estou em uma situação delicada. Não sei o que fazer. Não posso cancelar, porque temos de votar neste ano. Cancelaria se não tivesse a sociedade civil, mas tendo uma pessoa, sou obrigado a fazer. Não posso desrespeitar quem está presente.

Inclusive, Secretaria, queria que minha fala fizesse parte dos Anais, não só o que vai fazer da Câmara, mas também da ata da reunião. Gostaria que constasse essa nossa intervenção inicial.

Pois não, senhor.

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – E o senhor ficou sabendo como da reunião?

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Então, no gabinete. Porque, também na Brasilândia tinha um assessor do Orlando Silva.

Nos CEUs da Brasilândia, o entorno é uma favela enorme. Se aquela população, só do entorno, soubesse o que estava acontecendo ali, participaria, porque vai discutir o hospital da região, o asfalto, tudo, enfim. É que nem a gestão!

Não sei se é comunicação. Se eu sou administrador de um CEU e fico sabendo que a Câmara vai lá discutir o Orçamento, eu mobilizo tudo o entorno para estar presente. O senhor me desculpe.

O Vereador Ricardo Nunes é testemunha do que ocorreu, da falta de pessoas.

Enfim, feito esse comunicado, quero que conste em ata para ser assinada pelos Vereadores, porque eu quero que essa responsabilidade seja distribuída. Não dá para ser cobrado amanhã.

Vamos ouvir o representante do Sr. Secretário a respeito do Orçamento. As inscrições estão abertas.

Tem a palavra o Sr. Cláudio Domingues.

**O SR. CLÁUDIO DOMINGUES** – Bom dia a todos.

A representação do Sr. Secretário está embasada no conhecimento técnico de um dos componentes da construção do PPA.

Pelo meu conhecimento, a informação do Secretário, a pedido para vir comparecer parece que foi sexta-feira, que chegou ao conhecimento dele. E, aí, houve esse feriado e eu também não tive como ter contato com o Sr. Secretário. Então, não tenho aqui a agenda dele para justificar qual foi a prioridade.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Não pedi para justificar porque é injustificável. Eu pedi para o senhor discutir a respeito do Orçamento.

Eu acho que é uma falta de respeito o Secretário não estar. Agora, o senhor fala que ele recebeu o convite sexta-feira, se eu sou Secretário e sei que a Câmara vai discutir o Orçamento, eu tenho de procurar saber, da câmara, que dia que a Câmara vai discutir para eu poder passar lá, pelo menos, ou mandar uma carta, no mínimo, dizendo que, por motivos particulares, ano está.

Mas não estou cobrando o senhor em relação ao secretário. Eu só pedi ao senhor que fale a respeito do Orçamento.

**O SR. CLÁUDIO DOMINGUES** – Se o tema é o Orçamento, a Secretaria se preparou desde o início desta gestão para fazer a proposição orçamentária que já está em curso de conhecimento de todos.

Ela está no site do Sempla, à disposição para análise, e ela não surge enquanto documento, uma vez que ela vai passar pelos espaços de reflexão e modificação e o principal deles é a Câmara Municipal.

Este Orçamento, para 2014, ele consta de 8 bilhões 908 milhões, distribuídos em verbas relacionadas às ações do gabinete, Cachoeirinha, Covisa e das coordenações regionais, além de autarquia, os encargos e HSPM.

Todo o contexto da distribuição foi feito buscando aí a manutenção dos serviços e o atingimento das metas de acordo com o Sr. Prefeito, que elegeu com um plano de metas a serem atuados.

Se procurarmos o Programa de Metas que se encontra, também, no site, já discutido com a Cidade, já passado pelas audiências públicas lá vocês encontram uma série de unidades novas. Exemplo: 32 serviços de Hora Certa; 43 Unidades Básicas com modelo integral; 25 Unidades de Pronto Atendimento; a construção de três novos hospitais; a reforma de 16 hospitais; 5 Centros de Especialidade em Recuperação; 30 CAPS; 5 Urfis; 12 Consultórios na rua.

Além disso, a busca da Secretaria é manter os projetos que têm a atenção básica como porta de entrada, adequar as unidades existentes, fazendo com que elas assumam o seu papel como unidade básica de saúde, no modelo unidade integral, que eu amplio muito mais a atenção, e o contexto todo das redes que o Ministério vem atuando.

Já temos assinado a rede Cegonha, a rede Psicossocial, a rede de Urgência e Emergência, a rede... fugiu-me a quarta.

Esse montante traz, para a Secretaria, um investimento extra que não consta, neste momento, em sua totalidade no que foi aqui projetado para 2014, uma vez que os



investimentos são feitos pelo Ministério da Saúde junto a todos os Municípios e o repasse financeiro ocorre na medida em que os projetos são implantados.

O Governo já teve acesso a mais 600 milhões de reais de acréscimo de projetos neste ano, que têm entrado no seu orçamento de forma ainda acanhada, uma vez que os projetos começaram a ter início agora, mais para o final do ano. Entraram os 10% iniciais de todo o projeto de investimento.

A questão do recurso humano. Já estamos com autorização de concurso na rede para que tenhamos já o início de reposição dos cargos que estão em aberto.

A questão da Saúde da Família é outro contexto que chama muito a atenção. Nós estamos com mais de 1.200, quase 1.300 equipes de Saúde da Família em funcionamento e a ideia é ampliar. Uma vez que todas essas 43 UBSs pensadas novas, elas são compostas de, pelo menos, três equipes de Saúde da Família.

E, além disso, todos os outros projetos que são necessários para a manutenção do que estamos atuando e melhoria da qualidade da oferta da Saúde para a Cidade.

Eu gostaria de deixar muito mais em aberto para que a gente faça um debate e colha, da audiência, as necessidades que a população tem percebido, enquanto sociedade que observa, acompanha e controla.

Eu acho que, em um primeiro momento, seria essa a minha exposição.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Muito obrigado, Dr. Cláudio.

Queria, antes de passar aos Vereadores e, em seguida, à sociedade civil aqui presente, que queria aproveitar o momento, se o senhor puder me responder, senão, depois eu conversei com a representante do Centro e Controle de Zoonoses.

O senhor teve estar a par que fizemos uma lei, no passado, que proporcionava o convênio com as entidades protetoras de animais a fazer o controle de natalidade dos animais, o que é chamado de castração. Com isso, Dr. Cláudio - esse convênio foi feito com cinco

entidades de proteção mais algumas clínicas veterinárias -, nós conseguimos, no total, que 800 mil animais fossem operados nesse processo. Só para o senhor ter ideia, cada fêmea tem doisaios por ano. Imagine o senhor se de 800 animais, 400 forem fêmeas, multiplicado seis vezes dois, o número da população animal que foi reduzido na cidade de São Paulo.

Logo que o Prefeito Fernando Haddad entrou – e todo Prefeito tem essa iniciativa –, cortou contratos, reduziu custos. Naquele momento, a Secretaria de V.Exa. reduziu em 20% os custos de todos os serviços prestados na cidade de São Paulo, não somente na Secretaria de Saúde. Conversando com o Sr. Prefeito, S.Exa. me disse que não era 20%, mas até 20%. No entanto, na questão do Centro de Controle de Zoonoses, cortou, de fato, 20%. Não só cortou 20% como praticamente parou o trabalho de castração na cidade de São Paulo.

Temos o entorno da Cidade, com as cidades vizinhas. Então, não adianta apenas fazer esse trabalho aqui se as outras cidades não fazem, pois isso interfere no processo.

Essa, então, é uma pergunta que faço ao senhor: como fica o controle da natalidade dos animais domésticos na cidade de São Paulo para o próximo orçamento. Em segundo, sobre a vacinação da cinomose, uma questão gravíssima na cidade de São Paulo. Particularmente, a custos nossos, estou promovendo essa vacinação em 25 cidades. Mas a cidade de São Paulo não comprou as vacinas. Essa questão me preocupa muito.

Gostaria, então, que o senhor me respondesse pelo menos essas duas perguntas: sobre o controle de natalidade dos animais domésticos e a questão da vacinação, pois parou num ano e voltou no outro, mas a doença continua e não tivemos recurso algum. E também se esses contratos, de fato, serão renovados com as entidades protetoras para que elas possam desenvolver esse trabalho na cidade de São Paulo.

**O SR. CLÁUDIO DOMINGUES** – É de conhecimento de todos que, quando há substituição do Executivo numa cidade, há uma revisão total dos contratos feitos pela gestão anterior para dar continuidade ou não.

Sobre a questão da redução de 20% não foi no corte de 20%, mas que os contratos

fossem motivo de revisão e de implementação, caso a Administração assim o verificasse, assim o tivesse como forma de alteração.

Essas cinco ONGs e 13 clínicas continuam fazendo o seu trabalho. A meta estabelecida pela Secretaria, quando da apresentação do segundo quadrimestre de prestação de contas, as pessoas podem avaliar que mais de 75% da meta estabelecida por Zoonoses já tinha sido alcançada. Então, assim, não há nenhuma previsão de corte desses contratos para redução, porque a Administração entende, como sempre avaliou a questão de zoonoses como técnicos importantes dentro desse contexto da contenção da questão da raiva dentro da cidade de São Paulo e a castração é uma intervenção de suma importância. Esta Administração assumiu como um dos critérios importantes a serem mantidos.

Então, se há alguma informação de contrato não revisto, gostaríamos de ser informados, ou, se foi reduzido, por que, para que possamos ir atrás com o pessoal de Zoonoses para avaliar.

Em relação à compra da vacina, eu não tenho informação técnica para lhe dar, mas posso buscar e enviar ao senhor.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Eu agradeço e também não tenho só que criticar, mas que também elogiar, porque o Prefeito Kassab criou o primeiro hospital público de cães e gatos, e o Prefeito Fernando Haddad está criando o segundo hospital, que será inaugurado dentro de um mês. Mesmo assim, não podemos nos esquecer dos programas que há em seguida.

Vamos ouvir agora, o Sr. Fábio Siqueira, Movimento de Resistência Pró-Orçamento Participativo.

**O SR. FÁBIO SIQUEIRA** – Bom dia, Sr. Vereadores Roberto Tripoli, Paulo Fiorilo, Ricardo Nunes, Aurélio Nomura; Dr. Cláudio, da Secretaria Municipal de Saúde; população; conselheiros; assessoria; imprensa.

Realmente, é com grande tristeza que verificamos uma audiência da área da saúde

com uma participação tão pequena da população e inexistente do Secretário Municipal de Saúde, Dr. José de Filippi. Pensávamos que a realidade dos anos anteriores, quando o Secretário Januário Montone, não comparecia às audiências, fato que causava grande indignação por parte da sociedade civil, população civil, munícipes. Esperamos que isso não ocorra mais nesta gestão do atual Secretário. Não é possível repetir o que a população votou contra na eleição de 5 de outubro do ano passado no segundo turno. Solicitamos, portanto, explicações por que o Sr. José de Filippi Junior não compareceu a esta reunião hoje.

Em relação ao orçamento, o orçamento da Secretaria de Saúde está com diversos problemas. Aliás, volta a questão: não houve realmente critério de Sempla para fazer o orçamento da Secretaria de Saúde. Desculpem a expressão, mas são aberrações que ocorreram no orçamento do Fundo Municipal de Saúde da Secretaria.

A primeira aberração: Hospital do Servidor Público Municipal. Para o orçamento deste ano, 2013, a verba geral foi de 257 milhões. Para 2014, a previsão, código 02, é de 219,4 milhões. Quer dizer, é um orçamento que aumenta em 10 bilhões, de 40 para 50 bilhões, mas reduz em quase 40 milhões a verba para o Hospital do Servidor Público Municipal. Parece absurda uma coisa como essa. Inclusive as dotações do próprio hospital caíram significativamente os números. Tiveram a pachorra de colocar a reforma desse hospital juntamente com as reformas gerais do Município. Quer dizer, acabaram com a dotação específica da reforma do HSPM. Esse é um fato grave e inédito na cidade de São Paulo, que gera realmente grande indignação naqueles que acompanham o orçamento.

Gostaria de saber do representante da Secretaria, Sr. Cláudio, se o Conselho Regional de Saúde foi consultado e a proposta orçamentária, entregue dia 30 de setembro, foi debatida com o Conselho Municipal de Saúde. Como observamos que o Conselho do Idoso não foi debatido, tanto que o Fundo Municipal do Idoso não consta na peça orçamentária, gostaríamos de saber o que está acontecendo com a saúde, porque certamente essas graves falhas do orçamento iam ser revistos na sua fase de elaboração. Pessoas que não têm voto

estão indo para o Conselho das Cidades, e pessoas que têm voto, como a Dona Socorro, estão sendo desrespeitadas pela gestão do Prefeito Fernando Haddad. Esse é um fato grave e também de grande tristeza para esta cidade.

A questão do Programa de Saúde da Família, dotação 4125. Foi extinta a dotação do PSF na cidade de São Paulo. Fato trágico e realmente aviltante e inédito nos últimos 20 anos. A dotação agora faz parte da dotação Operação, Manutenção e Atendimento Laboratorial Especialidade. Quer dizer, um assunto que não tem nada a ver com o Programa de Saúde da Família, que tem que ser respeitado em sua singularidade. Essa dotação simplesmente desapareceu do montante geral do Orçamento. Está no anexo, mas o anexo, provavelmente, no momento da execução orçamentária, não será dignamente respeitado, no sentido de transferências e tudo mais. Então, essa situação é preocupante, por isso, solicitamos que os Vereadores devolvam a dotação específica do programa Saúde da Família. Realmente, essa é uma briga histórica nesta Cidade. Também não consta, nem no PPA, qual será a sua ampliação. Não existe esse valor, se serão 1,300 mil ou 1,400 mil – esse é outro problema muito sério para a cidade de São Paulo.

A questão do servidor público é muito séria. Está na dotação 3101 – Construção e Ampliação e Reforma -, e não tem a dotação específica.

A questão dos três novos hospitais. Até isso foi mexido. Deixou de existir a dotação específica para o hospital da Vila Brasilândia, para o de Parelheiros e da Vila Matilde, o Hospital Dr. Alexandre Zaio. Inexistiu, quer dizer, toda essa luta do OP, dos Conselhos Municipais de Saúde, enfim, a dotação 3366 agora é geral. Os três hospitais estão englobados na mesma dotação e, mais ainda, sumiu a verba federal para essa obra. Então, no próximo ano, não existirá nem mais um centavo do Governo Federal para fazer o hospital Parelheiros, o de M'boi Mirim e nem o de Vila Nhocuné. Não é um absurdo a verba federal bilionária não priorizar a grande vedete, uma das promessas da gestão Haddad? Quer dizer, verba fonte 02 não existe na dotação 3366.

A questão das URSIs. Realmente, depois de grande luta dos Conselheiros, da Dona Socorro e da Dona Alcione, apareceu um tópico para o idoso na Saúde, só que é uma verba muito pequena ainda, enquanto outros segmentos ganham mais de dezena de milhão, a URSI apenas 3,200 milhões. Qual foi o critério para contemplar cada segmento no Orçamento da Saúde? É muito estranho esse tipo de atitude e solicitamos que, nessa dotação de segmento, o dinheiro seja repostado. Provavelmente, não será feita muita coisa em 2014 com essa verba ainda muito irrisória para o idoso.

Questão das OSs. Esse é outro ponto gravíssimo. Foi juntada a dotação da operação da OS com a operação da Administração Direta. Anteriormente eram quatro e virou uma dotação. Agora será impossível saber o que é OS e o que é Administração Direta. Realmente esse é um fato grave de Sempla e de Saúde a desagradável mistura entre essas duas rubricas. Isso vai causar dificuldade, no próximo ano, para a prestação de contas e para a análise mais transparente do Orçamento 2014.

Conselho Municipal de Saúde. Ele não existe mais na rubrica orçamentária. Por que não dar nome ao que existe. Nomes gerais nada servem para a cidade de São Paulo. Nesse aspecto, vocês colocaram: operação e manutenção de Conselhos e espaços participativos municipais. Por que não colocam Conselho Municipal de Saúde? Não fica mais claro, mais transparente para a análise do Orçamento? Outros conselhos, como o da Educação, estão discriminados no Orçamento, o da Saúde não está. Será que os Conselheiros – repito – foram ouvidos sobre isso? É muito estranho.

Por fim, quero denunciar a insensibilidade da gestão Fernando Haddad que não vai dar nenhum centavo para a região carente de Guaianases e de Lajeado. É incrível como não se ouve mais a população na gestão Fernando Haddad. Para o próximo ano não tem nada de CAPS, nada de URSI, nada de UBS, nada de Rede Hora Certa, nada de UPA, ou seja, nada de nada para Guaianases e Lajeado. Será possível essa insensibilidade da gestão Haddad na área da saúde? Quais são os critérios criados pela OP em 2001 de participação, de carência

da população, critérios sociais? Com certeza, Vila Mariana não teria dois CAPS e Guaianases nenhum, com esse critério, para o ano que vem.

Por isso, pedimos melhor esclarecimento. Também, Vereador Roberto Tripoli, uma nova audiência na área da saúde para que as discussões possam ser melhores elaboradas e mais detalhadas e com a presença do Secretário, obrigatoriamente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli)** – Agradecemos a participação do Sr. Fábio Siqueira. Ouviremos agora a Dona Maria do Socorro, do Movimento Nosso Sonho.

Antes disso, passo a presidência ao Vereador Aurélio Nomura.

- Assume a presidência o Sr. Aurélio Nomura.

**A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES** – Sou da ONG Nosso Sonho, do Grande Conselho Municipal do Idoso, do Conselho da Saúde e trabalho com a população vulnerável do Conjunto Habitacional Águia de Haia, no bairro Cidade A. E. Carvalho, na tradicional Itaquera, onde só se vê a Copa.

Gostaria que o Secretário estivesse presente, porque muita coisa está acontecendo, assim como no Plano de Metas, o Sr. Haddad não incluiu os idosos. Faço parte do Nossa São Paulo, do Conopi(?) com muito orgulho e do Movimento de Resistência do Orçamento Participativo.

O que podemos esperar de um Subprefeito e do Vereador da região que não comparecem em canto nenhum e não recebem a população? O Secretário da Saúde – já comentei a várias pessoas, em todo lugar que vou –, numa audiência pública de prestação de conta, relatou que nada falta, que está tudo certo, que está até sobrando dinheiro e que não há ninguém para atender. Só que na Águia de Haia, na Vila Ramos e em todos os lugares que vou, não tem medicação. Até fiz um relatório e encaminhei à Comissão da Saúde. Por que em todo lugar falam do Governo Kassab-Serra, Serra-Kassab que nada fazia, só que pelo menos existiam alguns, nem todos, que tinham respeito pela periferia. Vocês não querem a

participação popular. Vocês não querem ninguém. Por qualquer coisa mandam olhar na internet, mas o pessoal não tem nem o que comer. Foram retirados 38 telecentros do bairro da periferia.

Vocês querem um bocado de cabritinho com cabresto? Sou idosa, não sou burra, nem besta, nem babona. Sou uma pessoa do passado presente e quero esperança para o futuro. Nossas crianças estão morrendo por causa do álcool e das drogas. Não existe educação.

Onde moro tem 28 anos e já solicitei terreno para uma região onde se poderia montar um equipamento para idoso, para criança especial e para jovens – porque retiraram um campo que existia. Retiraram tudo e falam na Copa? Que Copa é essa para triturar e matar a população? Campanella, Alamanda, Águia de Haia e Imperador, é tudo um caldeirão do inferno, do diabo. Vocês só vão lá à época da eleição. Não sou idiota, nem boba, procuro a EMEI para saber de todas as audiências, entro em contato com o Fábio Siqueira e tenho contato com a Secretaria da Saúde. Trabalhei na FEBEM por 19 anos como auxiliar de enfermagem com jovens infratores e no PS Tatuapé – fico até triste porque era um hospital de renome.

Prestem atenção, porque o povo não é tão burro não. Participei desse abençoado São Paulo Aberto, por isso não fui a duas audiências. É estarrecedor, é trágico e se não fosse tão miserável, seria cômico. Vou comunicar e, se for possível, mandarei um documento para o Ministério Público dizendo que não respeitam a população periférica. É falta de respeito. Retiraram o que tínhamos e estão tentando não colocar mais nada. Itaquera, um CAPS, pelo amor de Deus. É piada.

Em Guaianases, eu ando, não tenho preguiça. Enquanto os secretários, os caras de dinheiro têm uma agenda e tudo na mão; eu, simplesmente, tenho dias que não como porque sou aposentada e não pego dinheiro de ninguém, graças a Deus. Minha política é pública. Vocês acordem para vida! Quem tem respeito a gente respeita. A população não está



satisfeita. Chega de olhar o passado. Olhe o presente e trabalhem com dignidade.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Obrigado pela manifestação.

Vou passar a palavra o Sr. Roberto Delgado de Carvalho, representando o Movimento Popular de Saúde.

**O SR. ROBERTO DELGADO DE CARVALHO** – Sras. e Srs., eu, modestamente, conheço muito pouco. Inclusive eu queria dar uma sugestão àquela primeira pergunta. O orçamento para nós, leigos, é uma Babel. Embora tenha nível universitário e me dedicado um pouco a conhecer, confesso que consegui muito pouco.

A minha sugestão é que a gente crie, como criamos na nossa região, na Penha, um grupo para começar a estudar o orçamento. A nossa lição deste ano talvez valha para o outro ano.

O Movimento Nossa São Paulo e a Câmara Municipal de São Paulo talvez possam criar alguma coisa que possa nos ajudar a entender melhor todo esse emaranhado.

Na Penha, que não é a região mais necessitada de São Paulo, estamos muito mal representados no orçamento. Há dois itens somente, uma UBS, o próprio hospital – que é uma reivindicação de mais de 10 anos e estamos esperando começar.

Duas questões que poderiam estar no orçamento, mas que não estão para Penha. Um seria o centro de reabilitação, um CER, possivelmente CER-4, e um URSI, Unidade de Saúde de Referência do Idoso. Essas duas nós gostaríamos que estivessem previstas.

Eu só mostro o seguinte para os senhores e senhoras. Eu tenho em minhas mãos uma lista com doze itens apresentada pelo Supervisor, Dr. Celso. Ele tinha isso como certo. Aqui tem somente dois itens previstos: o hospital e uma UPA, no hospital. O CER não está. Parece que o nosso supervisor não foi ouvido ou não falou, mas ele falou sim porque se falou para a gente, deve ter falado também aos superiores dele.

No momento é isso. Eu agradeço.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Gostaria de chamar o Sr. Albertino Ferreira, representante do Conselho Gestor da UBS Hélio Moreira Salles.

**O SR. ALBERTINO FERREIRA** – Bom dia a todos. Eu queria falar da Saúde. Trago uma reivindicação do nosso posto de saúde, Sr. Cláudio. Fico agradecido ao nosso secretário, já tivemos duas audiências com ele, um em Sapopemba e outro aqui na Câmara e ele já conhece o Albertino, ele já sabe das nossas reivindicações.

Nós temos o conselho gestor e nos reunimos no posto de saúde e temos uma demanda grande na questão da segurança do posto. Nós precisaríamos de guardas direto, ou resolver o problema com uma simples reforma, mas de todo jeito tem que haver reforma no muro do posto de saúde.

Aquele posto de saúde foi uma história nossa. Nós tínhamos uma associação comunitária, o terreno estava largado e nós o muramos, há uns 13-14 anos. Foi um muro de 2,5m de altura, numa extensão total de 210 metros. Fizemos um portão de 5m de extensão, por 3m de altura.

Depois, no Governo na Marta, fizemos um movimento e conseguimos o posto. Esse muro é frágil, tem várias rachaduras e precisa de reforma. Devido a sua altura, o muro tira a visão da rua, no entorno da UBS. Os nossos jovens, dependentes do crack, do furto, eles pulam e lá se escondem.

Ocorre que temos dois dentistas que não conseguem trabalhar porque o compressor está sempre detonado, eles tiram os equipamentos. Não conseguem levar o compressor porque é muito grande. Já fizemos de tudo para segurar, até a bomba da caixa de água eles acabam levando.

Se colocarmos lâmpadas em torno da UBS e abaixarmos o muro para 1,20m, fazer grade – já coloquei no papel e vou passar para o senhor – nós resolveríamos o problema tirando 90m de muro, rebaixando e colocando grade. Ficaria totalmente visível.

Temos também o equipamento de raios-X do dentista que está comprado. A nossa

sala do dentista foi projetada pelo Dr. Adib Jatene, que nos atendeu, como perito nisso ele fez uma imensa sala. É só fazer uma salinha, colocar o raios-X, que tem que ser separado mesmo, não pode ser junto, e começar a funcionar.

Vou entregar para o senhor em duas vias o que quero pedir, se puder assinar e me devolver uma, agradeceria muito.

Agradeço pela palavra. Não entrarei em confronto de ideias de outros temas, porque trouxe o tema de saúde do nosso bairro. Os dentistas não trabalham por falta desse equipamento. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Convido o Sr. Euclides Mendes, do Conselho Gestor da UBS Jardim Romano.

**O SR. EUCLIDES MENDES** – Bom dia a todos, sou conselheiro gestor da UBS do Jardim Romano, participo do Movimento do Pantanal. Penso que todos conhecem a região do Pantanal, vítima das enchentes desde 2009. A nosso ver, ainda está faltando sintonia da Saúde, com relação a uma conversa com o Estado.

Digo isso porque naquela região há uma promessa para serem retiradas 4.200 famílias. Como nas últimas enchentes vários animais ficaram abandonados, foi uma loucura naquela região, a Zoonose já deveria estar fazendo um trabalho naquela região. Muitos moradores serão deslocados para apartamentos. Sugiro que a Saúde inicie junto com a Zoonose um trabalho na região para evitar que aumente o número de animais abandonados. Em 2009-2010 foram muitos, creio que haverá também agora.

Com relação à UBS Jardim Romano, naquela região temos uma lagoa com mais ou menos dois quilômetros quadrados, onde é possível caminhar sobre ela. Trata-se de um local onde foram formados aguapé e mato, aguapé e mato, hoje é possível caminhar lá. A Zoonose relata que não é possível realizar limpeza na lagoa. A Prefeitura alega que não é possível multar o proprietário. Aí um número muito grande de insetos, ratos e baratas começam a invadir todas as casas da região.

Hoje temos um problema grande com insetos, já reclamamos várias vezes para a Zoonose e, até agora, não foi feita nenhuma ação para combater isso. Já recebi um documento da Zoonose falando que tem que limpar a lagoa, mas realmente não dá para a população limpar a lagoa: ou limpa o Estado ou a Prefeitura. Mas se não houver a limpeza teremos nova enchente na região, mesmo porque já temos muitos insetos naquele local.

Realmente, de cara, a Zoonose tem que atuar na região do Distrito do Jardim Helena.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Onde fica a lagoa?

**O SR. EUCLIDES MENDES** – A lagoa fica na Rua Agostinho Alves Marinho. Se vocês olharem no *Google* verão uma área verde, mas aquilo não é verde, é uma lagoa. Era uma mineradora que abriu uma vala clandestina pelo rio Tietê, a água do rio começou a entrar na vala e não houve compensação ambiental. O buraco ficou cheio de água e a mineradora foi para outro município, explorar outro local.

Enquanto todos ficaram debatendo as enchentes, tivemos várias enchentes consecutivas, tanto que no ano passado não houve enchente no local. O rio Tietê não transbordou, mas a Vila Itaim permaneceu cheia de água. As tubulações estão todas lotadas, é possível que os bueiros estejam entupidos, mas creio que, de cara, a Zoonose pode fazer uma ação muito enérgica naquele local.

A UBS do Jardim Romano tem um quadro com 48 mil prontuários, para atender esse número deveria ter três clínicos gerais. O único que trabalhava lá foi assaltado na rua e saiu da Unidade. Tentamos contato com o Secretário, mas a sua ação foi muito evasiva, não nos atendeu. Protocolamos um documento para a Secretaria de Saúde, pessoalmente. Ele não nos recebeu.

Existe a possibilidade de consultórios de rua, sabemos que a insegurança está afastando os médicos da região, mas acredito que devido à situação do local – falo sobre os 48 mil prontuários -, pedimos que a Prefeitura realize uma ação mais enérgica para levar médicos

naquele local. Hoje, não há um único clínico geral na UBS do Jardim Romano.

Fizemos o documento, saiu matéria no SBT, na Gazeta, no *Agora*, mas realmente a Prefeitura ainda não conseguiu sensibilizar os médicos para trabalharem naquele local.

O médico que trabalhava lá se deslocou para um posto de mais ou menos cinco quilômetros de distância. Peço para que seja pensada uma solução para o Jardim Romano. Digo isso porque teremos novas enchentes, como não houve nenhuma ação para evitar enchentes, fora o problema de hoje, estamos antevendo quando chegarem as chuvas de verão.

Peço que seja construído um CAPS, no Jardim Helena. Sei que há promessa de uma UBS na Rua Capaxós, junto com o Catulé, queria que isso fosse confirmado, mas peço para colocarem no Orçamento um CAPS naquela região.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Temos presente um representante da Zoonose, peço que responda a questão levantada pelo Sr. Euclides na oportunidade da sua fala. Peço, também, que seja oficiado o DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral, que é o responsável pela exploração das mineradoras. Obrigatoriamente, pela Lei, eles deveriam recompor o local, razão pela qual é uma questão da subprefeitura, da Zoonose e do DNPM. Peço para a assessoria preparar um requerimento, com a maior brevidade possível, para que possamos resolver o problema.

Passo a palavra a Sra. Maria Adenilda Mastelaro, do Movimento Popular de Saúde, da Penha.

**A SRA. MARIA ADENILDA MASTELARO** – Bom dia a todos, Cláudio, tenho dois mandatos de conselheira municipal e estadual, por isso nós sabemos que a 141 exige que todas as ações de Saúde sejam passadas para o controle social. Muito me surpreende que numa audiência pública não esteja presente nenhum conselheiro municipal. Eles foram convidados? Passou-se a Peça Orçamentária para o Conselho Municipal? Porque isso é caso

de Ministério Público. A 141 penaliza o gestor, como penaliza também a nós usuários. Gostaria que fosse levantada a questão e quero uma resposta da Secretaria quanto a isso.

Não tive contato esses dias por problemas de saúde e fiquei surpresa quando cheguei aqui e não vi nem um companheiro meu do Movimento, pessoas envolvidas e que lutam. Acredito que eles não estejam sabendo.

Todas as ações de Saúde têm que passar pelo controle social. A gente briga tanto, elege um Prefeito democrático e isso não acontece? Gostaria de saber.

Quando fui ver, não consegui abrir tudo, pergunto quais os critérios que vocês usaram para onde localizar esses equipamentos? Porque além da universalidade, da integralidade, existe a equidade. Onde não tem, tem que dar mais. Na Penha, por exemplo, não há um centro de reabilitação. Na Mooca tem equipamentos de AACD, nos hospitais, por que não na Penha, onde temos uma população de mais de 500 mil habitantes, mas nenhum equipamento? Queremos um centro de reabilitação.

Se observarmos os indicadores do IBGE a nossa população é idosa, precisamos de unidade de reabilitação de saúde do idoso e de um CAPS3, temos muitos problemas de saúde mental e um pequeno CAPS para atender toda aquela população.

Quero que sejam revistas essas propostas pelo nosso Legislativo e pelo nosso Conselho. A população de São Paulo merece uma Saúde de qualidade. Temos o maior recurso, ou melhor, o terceiro, porque o primeiro é da União, Estado e o Município. Como não vamos fazer um bom planejamento?

Outra coisa que me surpreende também é que o Plano de Governo do Sr. Haddad falava muito em descentralização. Se observarmos nesse Plano onde estão as maiores verbas? Com os chefes de gabinete. Será que o Plano de 2012 a 2015 não tem que estar de acordo com o Plano do nosso Prefeito?

Gostaria que olhassem com carinho tanto o Legislativo, como o Conselho e a Secretaria. Um bom planejamento é necessário para que tenhamos uma saúde de qualidade.

Peço que seja remarcada uma audiência da Saúde, com ampla divulgação em todos os conselhos e movimentos. Não de um dia para o outro, mas com ampla divulgação.

Muito obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Convidamos o representante da Superintendência da Autarquia Hospitalar Municipal, o Dr. Roberto Morimoto, que indicou como representante o Sr. Nilson Geraldo da Silva, diretor do departamento financeiro. Compareceu? (Pausa)

Quero lamentar, infelizmente, a falta do Superintendente ou do representante, pois o indicado, Sr. Nilson, enviou apenas uma pessoa para comparecer como ouvinte. É lamentável essa posição.

**O SR. RICARDO NUNES** - Pela ordem, Presidente. Quero ratificar suas palavras. Lamentável mesmo.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Obrigado. Parece que o hospital municipal não tem problema nenhum, mesmo por que não há razão de enviar representante.

Convido a Dra. Regina Lúcia Pedro Athié, Superintendente do Hospital do Servidor Público Municipal, que indicou o Sr. Marcos Antônio Fialho, diretor do departamento técnico de administração e infraestrutura e também o Sr. Paulo Rogério Serafim, assessor técnico contábil.

**O SR. PAULO FIORILO** - Pela ordem, Presidente. Demos início na discussão do Orçamento da Secretaria de Saúde, foram feitas perguntas, dúvidas e tal. A minha sugestão é que essas questões pudessem ser respondidas e entraremos, em seguida, na questão do hospital, aí esgotamos as três.

Gostaria de deixar como sugestão, que os que não vieram e não mandaram representantes, que sejam incluídos nas outras audiências para que possam vir e nenhum deles fique sem falar nas audiências.

Também deixar sugestão que a sociedade dê uma articulada, porque está ruim.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Se os Srs. Vereadores concordarem, permaneçam como estão. Está aprovado. Antes de passar a palavra ao Dr. Cláudio, representante do Secretário, passarei a palavra ao Vereador Ricardo Nunes, porque vamos mudar de tema, posteriormente ao Vereador Paulo Fiorilo.

**O SR. RICARDO NUNES** – Obrigado. Dr. Claudio, quero abordar o tema sobre o Hospital Santa Marina, uma vez que a Comissão de Saúde desta Casa realizou uma audiência pública e não teve o prestígio da presença do Secretário, sequer de qualquer assessor da Secretaria. Nenhuma pessoa da Secretaria. Nenhuma compareceu à audiência pública para tratar do Hospital Santa Marina, que ocorreu na Comissão de Saúde. Desde já, quero lhe passar isso.

Como Vereador de primeiro mandato sinto-me bastante desconfortável, em ver a falta de atenção do Executivo com esta Casa. É algo que nos deixa entristecido. Até o Serviço Funerário que é um péssimo prestador que a Cidade tem, o orçamento está sendo aumentado de 127 para 186 milhões e ninguém aparece, não dão satisfação, não tem caixa, é só rolo de flor e de venda de caixa. Precisaríamos rever esse posicionamento do Executivo com relação a esta Casa.

Sobre o Hospital Santa Marina, Dr. Cláudio, esta Comissão tem o prazer de receber alguém da Secretaria de Saúde para falar, foi feito um DUP – Decreto de Utilidade Pública, pelo Prefeito Fernando Haddad, num gesto de bastante sensibilidade com aquela região, e houve um problema judicial. Na mesma data em que foi publicado no *Diário Oficial* o Decreto de Utilidade Pública houve um leilão e o Grupo Amil arrematou o Hospital Santa Marina por 55 milhões.

Nessa audiência pública esteve presente o procurador geral do Município e ele nos dizia que aquele leilão seria anulado, uma vez que estava sendo publicado o DUP não poderia ter sido dado o seu prosseguimento. Agora, não encontrei em lugar algum na proposta orçamentária algo que fale sobre o Hospital Santa Marina.



Até nos alertou o Sr. Fabio Siqueira que os três hospitais que foram motivos de promessa de campanha do Prefeito Fernando Haddad estão numa dotação única.

Agradeço se o senhor puder nos orientar com relação ao Hospital Santa Marina. Inclusive na quarta-feira passada estive com o Prefeito e ele afirmou pessoalmente que vai levar adiante a questão do Hospital, porque aquela é uma região carente. Mesmo porque é um hospital que está pronto, basta alguns pequenos reparos para começar a atender a população e os outros que serão construídos, possivelmente, até o término desta gestão as pessoas ainda não terão o prazer e a felicidade de usufruir.

Então, se o senhor puder nos ajudar com relação ao Hospital Santa Marina, eu, como membro da Comissão de Finanças, dependendo da sua explicação, eu gostaria depois sugerir à Comissão para que carimbemos esse valor no orçamento do ano que vem.

Por enquanto é só. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Peço à assessoria para ficarmos atentos à manifestação do nobre Vereador Ricardo Nunes com relação a esse hospital.

**O SR. RICARDO NUNES** - Algumas pessoas falaram com relação à dotação das OSs e a administração direta estar junto. Eu tenho a impressão de que isso é muito negativo. Temos uma questão bastante polêmica na Cidade com relação às OSs.

Era importante a gente separar essa dotação até para que esta Casa consiga exercer com mais facilidade e transparência a fiscalização sobre o que é destinado para as OSs. Então, reafirmo a importância de separarmos a dotação das OSs com relação à Administração Direta.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Fiorilo.

**O SR. PAULO FIORILO** – Como estamos fazendo um debate sobre o orçamento de 2014 e a Saúde tem gasto mais do que os 15% constitucionais, acho que este ano deve chegar a 19 e o ano que vem ter um crescimento.

Tem aqui três questões que considero importantes. Primeiro, todo o debate que norteou o orçamento, pelo que pudemos ler, foram as audiências públicas regionais ocorridas ao longo do primeiro semestre nas Subprefeituras, que inclusive indicaram as demandas e que tiveram, em agosto, as devolutivas. Mais de três mil pessoas participaram das devolutivas.

Em que pese isso, temos percebido que as audiências públicas têm tido um público pequeno do ponto de vista da participação popular. Temos de buscar, nas regiões e aqui, através dos conselhos de saúde e outros órgãos de representação um envolvimento maior no debate. É inadmissível que uma Cidade, como São Paulo, discuta ao longo do primeiro semestre com mais de seis mil pessoas indiquem as prioridades e necessidades e você tenha ainda o desconhecimento público. É preciso fazer com que haja essa correção.

Outra questão diz respeito às demandas mais específicas. Talvez sirva para a Câmara Municipal de São Paulo, mas também para as secretarias a tentativa de ajudar nesse entendimento orçamentário.

Eu estava falando com o Felipe que uma das grandes dificuldades do orçamento é a leitura da peça orçamentária. Se até as pessoas que trabalham no dia a dia tem essa dificuldade, a população em geral terá uma dificuldade muito maior.

O Felipe estava me falando que uma das questões que a Prefeitura está trabalhando é de que forma dar mais facilidade de entendimento por parte daqueles que tem o interesse em acompanhar a peça orçamentária.

Deve estar disponibilizado no *site* planejasampa. Eu sei, Dona Socorro, que as pessoas tem uma baita dificuldade com a internet e alguns não têm acesso, mas acho que passos assim acabam ajudando neste debate. Darei um exemplo à senhora. A Comissão de Finanças e Orçamento fez no primeiro semestre um debate sobre orçamento e pouca gente veio. É assim, as pessoas cobram, mas também não vão.

A divulgação para a senhora e para o Sr. Fábio, que são habitues desta Casa é mais fácil. Eu não sei nem se o Fábio veio.

A gente pensou em uma oficina para discutir o orçamento. Seria um primeiro passo. Podemos aperfeiçoar no próximo ano, no primeiro semestre, uma outra oficina.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PAULO FIORILO** – Eu poderia dar a cópia de onde foi publicada a audiência, mas não resolve. Precisávamos tentar atingir o público que tem interesse e é específico. Falava do Conselho de Saúde. Quem sabe o Conselho de Saúde pode se interessar em fazer esse debate porque ele está no dia a dia da fiscalização.

Além da disponibilização no site, precisaríamos ver como é possível disso chegar mais próximo do munícipe. Então, nas unidades de atendimento, não só na saúde, mas em várias outras e mostrar ao munícipe que ele pode ter informação desse ou daquele jeito. São passos importantes. Se não fizermos isso, cada vez mais as pessoas se distanciam de um debate que é importante para a Cidade.

Quem fez sugestão ou quem quiser deixar por escrito tem um formulário que a secretaria disponibilizou. Podemos recepcionar as sugestões.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Gostaria de fazer algumas indagações. Primeiramente com relação ao SAIT, um projeto extinto pela atual administração e verificamos que não houve a substituição. Houve apenas a contratação de desintoxicação das pessoas dependentes de drogas, mas de maneira muito acanhada.

Então, gostaria de saber sobre essa questão e sobre a saúde nas escolas, que também foi extinto. Chegou a atender mais de 100 mil crianças, prestava um serviço odontológico impar, mesmo porque durante o período da aula as crianças eram atendidas pelo serviço médico-odontológico e que reduzia a condição de tempo das mães e dos pais de levarem seus filhos nos postos de saúde, sendo o serviço feito na própria escola.

Simplesmente foi colocado de plano.

Infelizmente, sabemos que essa é uma posição de todos os governos. Mesmo os projetos que estão funcionando são deixados ao relento.

Pelo que ouvimos aqui, parece-me que não houve uma reunião ou uma divulgação. Os conselhos e os supervisores de saúde sequer foram ouvidos para a elaboração dessa peça orçamentária.

Chama-nos a atenção que o Governo, dito popular, democrático e que busca o orçamento participativo, exatamente, tentar oferecer à população, ouvindo a população, oferecer as condições mais adequadas no próximo ano. O que vemos é que não se levou em conta com essa falta de médico, falta de remédio, de leitos, de hospitais, de exames e que, mais uma vez, nós vamos apreciar esse Orçamento até com a falta e presença desonrosa de muitos que não vieram, o que mostra exatamente um desprestígio e um desrespeito com esse Parlamento e que nos deixa estarecidos. Mostra exatamente, usando como paradigma, que esse mesmo respeito que deveria ter com o Parlamento também não tem com a população de São Paulo.

Concedo um aparte ao nobre Vereador Paulo Fiorilo.

**O SR. PAULO FIORILO** – Fui Vereador durante 4 anos na gestão Serra/Kassab e diferente dos dados que dei ao senhor, de que seis mil pessoas participaram no primeiro semestre, depois mais três no retorno, infelizmente, no governo que fiz referência, a participação era quase inexistente. Analisei Orçamento em que 300 pessoas participaram em São Paulo.

Acho que temos de contribuir para que avancemos no sentido de mais gente participar. As experiências dos últimos anos sempre foram contrárias à participação popular. Agora, há um espaço de participação maior, vamos ter eleição dos conselheiros nas Subprefeituras em dezembro. Os conselhos têm funcionado. O intuito nosso deveria ser de fortalecer essa participação, dando mais espaço no Parlamento e Executivo para que ocorra

plenamente. Quanto às ausências o senhor tem razão, precisamos cobrar. Proponho que os que não vieram, venham para fazermos as audiências.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Concordo com V.Exa., mas faço uma constatação. Todos que vieram representando a sociedade foram unânimes em falar que os representantes, mais os supervisores de saúde das subprefeituras não foram ouvidos e a população muito menos. Na realidade estou constatando um fato. Precisamos ampliar a condição para que toda a população participe, concordo perfeitamente. O problema de saúde é um dos mais graves que temos. Gostaria de manter as observações que fiz, ouvindo inclusive a manifestação daqueles que nos antecederam.

Tem a palavra o representante do Secretário José Filippi Júnior, Sr. Claudio Domingos.

**O SR. CLAUDIO DOMINGOS** – Fiz questão de anotar todos os pedidos feitos para levar ao nosso Secretário a partir disso verificar a possibilidade do atendimento. Faço parte da questão orçamentária da Cidade há 4 gestões. A primeira vez foi na gestão da Marta, estava no Distrito da Mooca e tivemos lá a discussão do Orçamento participativo local. Não sei se as pessoas aqui lembram a Prefeita aparecia num filme e dizia que o que você fizesse nesta reunião nós realizaremos. Fiquei bastante assustado quando vi aquilo e no decorrer da gestão vimos a grande dificuldade de estabelecermos um Orçamento, fazê-lo acontecer, frente a todos as necessidades com uma verba curta. Isso foi uniforme em todas as administrações.

O Roberto Delgado foi bastante feliz quando disse que o Orçamento é uma torre de Babel e é mesmo. Há uma infinidade de códigos, extremamente hermético. Sou conselheiro municipal e Dona Maria Helena era responsável pela Comissão de Orçamento na gestão passada e a gente e tivemos muita dificuldade na gestão do nosso Secretário Januário de fazer o trabalho da representação social que o conselho tem.

Essa administração vem trazendo outro perfil. A questão do Orçamento é ditada pelo Ministério da Fazenda. O Vereador foi muito feliz em dizer da necessidade do

conhecimento, de discutirmos com a sociedade o entendimento do Orçamento. Não só a questão de não termos verba para fazer tudo e por isso temos de ter critério para a distribuição. A distribuição foi feita com equidade tendo base dados epidemiológicos de vazios assistenciais e necessidades da sociedade. Esses documentos foram disponibilizados para o conselho municipal nessa construção.

O Orçamento tem outra cara, percebemos que algumas coisas mudaram de lugar e se acertaram de outra forma. Sempla estabeleceu uma forma de trabalho bastante interessante que a sociedade tem de se apropriar dessa nova qualificação dentro do Orçamento.

Sempla estabeleceu um conselho de acompanhamento desse processo na tentativa de trazer o esclarecimento do que essa Peça Orçamentária pode contribuir para que possamos distribuir melhor, acompanhar melhor, controlar o investimento na Cidade.

Uma coisa importante que foi falada várias vezes é da não participação dos supervisores. Esse processo foi intenso na Secretaria. Está aqui a Adelaide responsável pela assessoria de Orçamento da saúde na Cidade e isso foi um trabalho bastante exaustivo com as 5 coordenadorias e todas as supervisões na montagem do Orçamento para a Saúde. Existe lá uma distribuição exclusiva para a coordenadoria onde todos os supervisores foram ouvidos. Às vezes a necessidade não tem como ser atendida, agora, as apontadas pela sociedade têm de ser levantadas e somadas nessa busca de oferta.

Na realização do Programa de Metas da Cidade, foram feitas audiências públicas nas 32 subprefeituras. O governo levou 100 metas, sendo que cada uma delas compunham várias atividades envolvidas por cada meta e voltaram e foram acrescidas para 113, total 123 metas. 23 metas foram associadas a isso. A questão do idoso foi uma meta nova que apareceu. A saúde mental aparece de uma forma nova dentro do contexto. A questão da do centro de especialidade de recuperação aparece também como uma meta nova pensando em alguma coisa relacionada à saúde. A questão do HSPM e sua verba, ela com certeza foi distribuída dentro de outro contexto porque todas as reformas incluem numa dotação

orçamentária e podem ser acompanhadas sim.

A junção dos valores não trouxe de maneira alguma a perda do controle interno do Orçamento, ele só foi redistribuído. Quando nós conseguirmos entender o Orçamento perceberemos que lá está separado. A OS junto com a Administração, ela está separada. Trazer a OS para o controle mais interno, você sabe que é o projeto dessa administração.

Gostaria de defender a presença do nosso Secretário, a única Secretaria que acredito que faz a apresentação da prestação de contas é a da Saúde. Na administração passada foi trimestral e nessa administração começou por quadrimestre porque a lei traz a necessidade de fazer quadrimestral. As duas apresentações tiveram a presença do Secretário com seu *staff*. Não vejo porque dizer que o Secretário não foi participativo. Eu sou conselheiro municipal e nunca vi o Secretário Januário participar das nossas audiências, já o Secretário Filippi está lá em praticamente 100% das nossas audiências relacionadas ao Conselho Municipal. Há um novo perfil para isso.

A questão da Ursi que a Dona Maria do Socorro colocou, uma Ursi foi projetada lá em Itaquera, que é uma resposta importante. A Penha tem a UBS e o hospital. Foi reabilitado na Penha um Núcleo de Reabilitação para Ser 4. Isso já passou por todas as demandas e está nas mãos do Ministério e começaram a enviar o investimento para que esse centro se torne um Ser 4. Estamos transformando uma unidade em outra.

As 12 listas do supervisor com certeza foram vistas e a inclusão foi dentro do que havia condições nesse momento. A falta de segurança, que o Albertino trouxe, vale a pena levarmos ao Secretário e à coordenadora regional. Do Euclides, o Vereador falou da intenção mais importante que é envolver todos os elementos na resolução da questão da lagoa que foi preenchida por vegetação, mas continua ainda sendo importante.

A ação da zoonose é muito pequena quando comparada com os órgãos do Estado e da subprefeitura na tentativa de dar uma solução, mas a zoonose com certeza será estimulada a dar uma resposta.

Anotei todas as solicitações e vou levar ao Sr. Secretário para que possam ser avaliadas. Com relação ao questionamento do Vereador Ricardo Nunes, o Hospital Santa Marina é considerado pela Secretaria como importante no processo e aumento e oferta de leitos na Cidade. Consta como uma (palavra inaudível) editada e a Amil com esse leilão fez desse contexto irregular no intuito de lançar o leilão e tê-lo concluído. Mas, a administração está em cima para resolver. A questão do leilão e do Orçamento está sendo providenciado no Orçamento de 2013 para que ocorra. Outros dois hospitais estão nessa fase: o do Carrão, que terá outra intervenção e o Vasco da Gama, que também é outro hospital que está nesse contexto. São questões que serão buscadas soluções.

Com relação ao Vereador Fiorilo foi bastante feliz em trazer todas as questões relacionadas à participação da sociedade na formação do plano. O Vereador Nomura traz a questão do SAID, que realmente foi extinto enquanto projeto uma vez que ele estava bastante deturpado na sua construção. Os conselheiros já sabem que a administração passada estava pagando uma conta bastante elevada para o contexto que não era por aí a resposta, mas não se fechou, continua com outra entidade.

A questão da saúde mental está sendo toda remodelada. Estamos com projetos importantes dentro da administração. Na região da cracolândia estamos com um serviço que se chama De Braços Abertos, que tem uma ação multisetorial dando uma acolhida e encaminhamentos diferenciados dos que estavam sendo feitos ali pela Secretaria de Estado, que nos trouxe bastantes dificuldades. A administração está com outro serviço pensado para a região do parque Dom Pedro, fora todo o contexto que estamos atuando com a criação dos 20 novos CAPs na Cidade e outros que serão transformados em CAPs 3.

O Saúde na Escola trouxe uma coisa interessante, a questão da reforma. Essa administração já conseguiu financiamento para renovação de quase 100% dos nossos equipamentos de odontologia que estão caindo aos pedaços. Há toda uma necessidade de contratação de novos profissionais. A saúde bucal na Cidade é vergonhosa dentro do contexto



nacional. Temos uma equipe rediscutindo caminhos para a saúde bucal dentro da Secretaria e com certeza a questão do equipamento da unidade que o Albertino colocou será motivo de observação. Na questão da reforma, vou levar para a supervisão local e para a coordenadoria para que se tomem os caminhos.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Com relação da questão do SAID, gostaria de dizer que recentemente houve o rompimento do convênio com as comunidades terapêuticas, com relação a esse trabalho. O trabalho ambulatorial não resolve o problema dos dependentes de drogas, um problema extremamente sério e vai até em dissonância com o que prega as políticas públicas federais, que se prevê a criação de 10 mil novas vagas.

Agradeço a presença do Dr. Claudio Domingos.

**O SR. PAULO FIORILO** – Estava olhando na indicação da elaboração do Ciclo Participativo de Planejamento e Orçamento e falava aqui que no primeiro semestre foram 35 audiências. Será que nessas 35 os conselheiros participaram de algumas? Nas 31 subprefeituras, três temáticas e uma geral, será que alguém participou? O conselho não discutiu o Orçamento.

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Ela orienta que todas as ações de saúde, embora, construir um hospital seja poder do Executivo, tem de passar pelo aval do conselho. Então, quero saber se o Orçamento tanto da LOA, como o PPA passaram pelo Conselho Municipal de Saúde?

**O SR. PAULO FIORILO** – Ela disse que a LOA e o PPA precisa passar, ou as obras que estão...

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Todas as ações de saúde deverão passar pelo Conselho.

**O SR. PAULO FIORILO** – As ações de saúde? Podemos fazer essa discussão, o Claudio vai responder. Foram 35 audiências, 6 mil pessoas. Vocês participaram. Agora em agosto foram 32 audiências nas 31 Subprefeituras. Estou entendendo, a não ser que ninguém tenha participado, que houve um processo de discussão com a base...fiz uma comparação com

os anteriores, precisamos avançar. Ouvia a Dona Socorro falar que participou de várias audiências com o Januário Montoni, eu queria que a senhora me dissesse onde? Aqui na Câmara Municipal ele não veio. Sabe o que tivemos de fazer para ele vir, tivemos que prender ele aqui atrás para ficar aqui 12 horas. Ele não veio. Dona Socorro, eu ouvi a senhora é muito ansiosa, eu não vi o Secretário aqui. O dia que a comissão falou: se o Secretário não vier, não vamos votar mais nada dele, daí ele veio. O Secretário Filippi tem ido a audiências regionais, encontrei em pelo menos duas. Veio à Câmara. Não consigo fazer uma comparação de Secretarias, mas consigo de participação. Ele tinha desprezo, nunca ia. Temos que botar o debate nos trilhos de novo, comparar o Filippi com o Januário, mas nunca, em nenhum lugar do mundo porque o Januário não vinha, a empáfia em pessoa. Veio e nós prendemos ele aqui por 12 horas. Desculpe-me ter me exaltado, Sr. Presidente, mas não consigo entender as comparações desnecessárias.

---

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Precisamos rever esse novo canal com a sociedade, mas o que verificamos e volto afirmar que dos representantes da sociedade foram unânimes em dizer que houve a falta de ouvir a população.

**O SR. PAULO FIORILO** – Três pessoas participaram das audiências. Não se pode falar que foi unânime. Pode dizer que ainda falta participar. Quem participou das plenárias aqui regionais? Cinco, então, não mude o que foi dito.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Na realidade, o que foi constatado foi exatamente isso que eu acabei de falar. Na realidade, falta, como hoje. Há um exemplo típico aqui. Faltou comunicação, alguma coisa está faltando. Acho que a falta de articulação e de comunicação está manifestamente clara. Enviar através dos veículos normais, como vem sendo feita a comunicação, mostra um fracasso total. Quando estamos de educação, estamos falando da coisa mais importante que temos, embora esteja em situação grave e crítica em nossa cidade.

Para as considerações finais, passarei a palavra ao Dr. Claudio Domingos, até para

que responda aquela questão. Posteriormente, ouviremos outras pessoas. Tem a palavra, Dr. Claudio para considerações a respeito dos Conselhos.

**O SR. CLAUDIO DOMINGOS** – Acabamos de ter uma Conferência Municipal, alguns finais de semana atrás. O Plano Municipal está sendo construído para ser apresentado ao Conselho Municipal e, daí sim, ser um norteador.

A questão da peça orçamentária segue esse fluxo com a sociedade. É esse o fluxo. A 141 coloca a prestação de contas junto ao Conselho Municipal, que esta administração continua fazendo. A gestão passada também fazia, mas a 141 traz um contexto mais rígido para o Conselho nesse contexto, e a administração tem feito.

Outra coisa que acho importante lembrar é que o Orçamento possui flexibilidades que podem ser adequadas na sua implementação. As ações dentro do Orçamento ficam amplas e são detalhadas quando da construção do Plano Municipal de Saúde. Esse é o instrumento a partir do qual se constrói a programação anual, ou seja, aquilo que a Administração vai fazer anualmente para buscar seu plano, estabelecido para quatro anos, com o orçamentário definido no Plano Plurianual.

Esses instrumentos circulam na representação do Conselho Municipal. Isso nunca foi visto em gestões anteriores. A Demildes já foi até responsável pela condução do Conselho. Para vocês terem ideia, fizemos a contratação do Hora Certa Móvel, e quem deu autorização para que o processo de licitação fosse realizado foi o Conselho Municipal, em uma audiência feita dentro da Administração, dentro do Pleno do Conselho. Todos os Conselheiros puderam debater o orçamentário e autorizaram a Administração na execução de uma licitação, fato que eu nunca tinha visto em nenhuma outra administração. Eu achei até bastante interessante ver a gestão levar esse tipo de trabalho dentro do Conselho. Não vejo o porquê da crítica de que o Conselho não é ouvido, participado, incluído no contexto da elaboração do seu planejamento e da estruturação das suas ações na Cidade.

Agradeço a atenção de todos.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Tem a palavra o Vereador Ricardo Nunes.

**O SR. RICARDO NUNES** – Presidente, quero aproveitar a fala do Dr. Claudio. Sobre o Hospital Santa Marina, Dr. Claudio, há os 55 milhões para este ano? Não precisa colocar no Orçamento de 2014? Teremos esse valor? Já há esse valor?

**O SR. CLAUDIO DOMINGOS** – Isso, já está consignado para 2013.

**O SR. RICARDO NUNES** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Agradeço o Dr. Claudio Domingos, representante do Secretário da Saúde. Infelizmente, não poderemos ouvir o Superintendente da Autarquia Hospitalar Municipal, Dr. Roberto Morimoto, que havia indicado o Dr. Nilson Geraldo da Silva, Diretor do Departamento Financeiro, que também não compareceu.

Deixo explícita nossa insatisfação em relação a isso e lamento. (Pausa) Tem a palavra, Vereador.

**O SR. RICARDO NUNES** – Presidente, perdoe-me, mas é de suma importância registrar isso. Não me conformo com o Serviço Funerário do Município de São Paulo enviar representante hoje, além dos que V.Exa. acaba de mencionar. Destaco especialmente o péssimo serviço prestado pelo Serviço Funerário, o péssimo superintendente que ele possui, a péssima equipe que o Prefeito colocou lá.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Concordo com V.Exa., mesmo porque ele também foi alvo de uma audiência pública requerida por mim. Deveria ter vindo o próprio Superintendente para falar das alterações e das propostas para o próximo ano.

Eu gostaria de ouvir os representantes do Hospital do Servidor Público Municipal. A Dra. Regina Lúcia Pedro Athie, Superintendente do HSPM, indicou o Dr. Marco Antonio Fialho, Diretor do Departamento Técnico de Administração e Infraestrutura e também o Sr. Paulo Rogério Seraphim, Assessor Técnico Contábil. Por favor, eu gostaria de ouvi-los. (Pausa) Tem a palavra o Vereador Paulo Fiorilo.

**O SR. PAULO FIORILO** – Sr. Presidente, enquanto os dois representantes não iniciam suas falas, eu gostaria de perguntar se o Serviço Funerário Municipal mandou representante. (Pausa) Ele falará em nome do Sr. Sérgio Trani. É isso? (Pausa) O.k. É que o Vereador Ricardo Nunes havia observado que não havia representante. Mas acho que a observação está correta. É preciso avançar. Temos que inclusive ouvir novamente o Sérgio na Comissão de Finanças, pois ele já veio a pedido do Vereador Nomura, até para melhorar a qualidade do serviço que vem sendo prestado há algum tempo.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Chamo, para falar, o Sr. Marco Antonio Fialho.

**O SR. MARCO ANTONIO FIALHO** – Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento o Presidente Vereador Aurélio Nomura, os Vereadores Ricardo Nunes, Paulo Fiorilo e Roberto Tripoli, que nos estendeu o convite, embora não esteja presente neste momento.

Não sei se todos conhecem, mas o Hospital do Servidor Público Municipal é uma autarquia que está localizada próxima à estação Vergueiro do Metrô. É um hospital de média e alta complexidade.

Com relação à fala do Sr. Fábio Siqueira, que fez questionamentos sobre os valores que foram indicados para o Orçamento de 2014, lembro que a diferença entre o Orçamento de 2013 e o de 2014 é em função de um valor que foi colocado no Orçamento de 2013, portanto apresentado ao final de 2012, que correspondia a 48 milhões relacionados a três projetos de lei que estavam para ser encaminhados a esta Casa de Leis. Eles importavam em 48 milhões de um Orçamento de 257 milhões. Se compararmos os valores da peça orçamentária aprovados pela Câmara, que foram da ordem de 257 milhões...

pela Câmara, que foram da ordem de 257 milhões, excluídos esses 48 milhões. Até porque não havia sequer o projeto de lei encaminhado para o Legislativo, estamos totalizando qualquer coisa da ordem de 201 milhões.

Até o final de 2013, estamos executando um orçamento da ordem de 200 milhões e

500 mil reais. Portanto, para 2014, estamos, nessa proposta no projeto de lei, importando em 219 milhões. Entendendo que conseguimos, de fato, realizar esse montante já para 2014.

Outro aspecto que o Sr. Fábio citou em relação à dotação de investimento é que temos previsto na peça orçamentária 1,5 milhão para a contratação e a elaboração do projeto do Executivo. O hospital só vai poder ter projetado o que de fato vai ser edificado lá na medida em que tivermos a definição do projeto, que, de fato, vai dizer o que vai ser investido para a infraestrutura física daquele hospital. Portanto, estamos com essa expectativa de contratar o projeto em 2014 e executá-lo de fato para que, de posse dele, possamos fazer esse investimento previsto para o orçamento de 2015.

Então, a nossa previsão está, de fato, em consonância com o que está sendo apresentado na peça orçamentária.

Era o que tínhamos a destacar das falas feitas. Coloco-me à disposição para demais esclarecimentos.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Não havendo mais inscritos, pergunto ao Sr. Fialho o que efetivamente vai melhorar no hospital, porque só está se falando em fazer um estudo para uma licitação em 2015. Efetivamente, no orçamento do ano que vem, o que será executado no Hospital do Servido Público Municipal?

**O SR. MARCO ANTONIO FIALHO** – Vereador, a nossa expectativa para 2014 é que consigamos equacionar algumas dificuldades que temos e que são crônicas para o hospital nos últimos 10 anos. Seguramente, temos um problema muito complicado, que é a questão dos exames, que são um gargalho para realizarmos, mas que já estamos tentando equacionar ao final desse exercício e para o exercício seguinte nós temos essa expectativa de já contar com uma central de diagnóstico, promovendo uma realocação de recursos para que consigamos esse investimento, podendo, assim, eliminar aquela fila nefasta que temos na parte de exames de diagnósticos, sobretudo diagnóstico por imagem.

Também temos a expectativa e estamos trabalhando no sentido de podermos

promover a economia de recursos com substituição de áreas que estão hoje alugadas para que consigamos promover uma economia voltada à expansão da nossa área de internação, que é o objetivo principal do hospital. Esperamos, já em 2014, promover esse investimento em pelo menos dois andares que temos nosso 33 mil metros quadrados de área de internação e ambulatorial. Então, esperamos promover a melhoria e a ampliação dos nossos leitos no Hospital do Servidor Público Municipal.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Fiorilo.

**O SR. PAULO FIORILO** – Sr. Marco, uma questão em relação ao hospital que o Fábio fez, referente aos orçamentos de 2013. O senhor disse que a expectativa que, até o final do ano, vocês atinjam 200 milhões na execução, portanto, na liquidação do orçado e, para o ano que vem, a expectativa é de 217 milhões.

O senhor focou na questão dos exames, mas a preocupação que o Vereador Eduardo Nomura trouxe é quanto à melhoria do serviço. A questão dos exames é um gargalo, mas, na opinião do senhor, há outros que precisam ser tratados e que poderiam melhorar a qualidade do atendimento do hospital?

**O SR. MARCO ANTONIO FIALHO** – Para um hospital que teve a primeira parte concluída em 1957 e a segunda ao longo da década de 60 e que, portanto, é um equipamento de mais de 50 anos, a necessidade de investimento se dá de uma forma premente. Nesse sentido, não há como negar que a infraestrutura hoje do hospital está aquém do que precisaríamos ter, mas isso em função de uma histórica falta de investimento de recursos no hospital. Então, esperamos, ao longo da execução do projeto do Executivo, contar com um novo espaço para uma nova edificação para instalar o centro de especialidade ou de ambulatório para poder atender à nossa demanda num espaço à parte, de forma que consigamos, nos dois corpos que formam o grande “t” – de quem olha o hospital de uma imagem aérea –, instalar, dentro dessa estrutura maior, toda a parte de internação, incluindo

área de UTI neonatal. Além disso, há a necessidade de ampliação do centro cirúrgico, do centro obstétrico e toda a parte de internação. Investimentos, portanto, robustos em infraestrutura para que consigamos adequar esse equipamento à necessidade da população.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Só mais uma pergunta. Em 2012, nós tínhamos mais de 8 bilhões de orçamento exatamente prevendo a ampliação e reforma do hospital. Não foi feito absolutamente nada com esses recursos?

**O SR. MARCO ANTONIO FIALHO** – Não, esse montante não foi, de fato, empregado na sua totalidade. Foram feitas algumas adequações em alguns andares, mas nada que pudesse significar um investimento de maior envergadura.

**P** – E agora está se prevendo 2 milhões para o próximo ano, simplesmente para o projeto do Executivo. Não vai se fazer absolutamente nada, nem ampliação nem reforma que estava sendo prevista para este ano?

**R** – É porque o projeto a ser contratado, Vereador, prevê uma total remodelação no espaço do hospital.

**P** – Mas tinha o direito para fazer o projeto do Executivo este ano?

**R** – Não, não tínhamos.

**P** – Não tínhamos 8 milhões dentro do orçamento?

**R** – Não temos essa execução.

**O SR. PAULO FIORILO** – Sr. Presidente, só uma correção: o valor de 8 milhões para ampliação foi em 2012. Aliás, se o senhor observar, não foi empenhado nada. Em 2013, foi orçado 3,1 milhões. Está atualizado em 2,860 milhões.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Então, não foi gasto nada.

**O SR. MARCO ANTONIO FIALHO** – Tivemos gastos em equipamentos.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – O.k. Isso basta. Já deu para entender.

Agradeço aos Srs. Marco Antonio Fialho e Paulo Rogério Serafim a presença.

O Sr. Sérgio Trani, Superintendente do Serviço Funerário Municipal, convidado



para esta reunião, infelizmente não compareceu, mas mandou um representante, Sr. Anésio Floresti Filho.

**O SR. RICARDO NUNES** – Sr. Presidente, em relação a escutarmos o serviço funerário de São Paulo, tivermos, no orçamento de 2013, 126 milhões, e, para 2014, está proposto o montante de 186 milhões. Como já disseram todos os jornais, revistas, televisão e, mais importante, a população de São Paulo, é péssima a qualidade que o serviço funerário presta. Com todo o respeito das pessoas que aqui estão, sugiro que ouvíssemos o Superintendente, tendo em vista a qualidade dos serviços prestados e tendo em vista o avanço do orçamento de 2014. Minha proposta, então, é que a Comissão de Finanças insista em ouvir o Superintendente Sérgio Trani.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Gostaria de consultar o Vereador Paulo Fiorilo.

**O SR. PAULO FIORILO** – Sr. Presidente, já ouvimos os representantes tanto da Secretaria da Saúde como do HSPM. A Comissão de Finanças, a pedido de V.Exa., já trouxe o Superintendente Sérgio Trani para uma audiência, da qual participei. Sugiro, então, ao nobre Vereador Ricardo Nunes, que ouçamos o representante sem que isso evite a sua vinda à Comissão de Finanças para continuar o nosso debate, até porque parece que temos um debate específico com ele, o da qualidade do serviço, da reestruturação que estava sendo feita. Agora vamos fazer um debate da proposta orçamentária, o que está sendo previsto, o quanto cresceu e o quanto não cresceu, sem prejuízo de ouvi-lo novamente. Até concordo e, se quiserem, apresento, na reunião de amanhã, um convite para que ele venha novamente, até para podermos concluir aquele debate que iniciamos a pedido de V.Exa., Sr. Presidente.

Se for possível, porque o problema é que já vamos ouvir dois que virão em outras audiências. Temos cinco audiências temáticas e teremos mais quatro. Cada uma delas já tem uma quantidade de pessoas estabelecida. Se entenderem que é melhor, não vejo problema. Agora, sugiro isso porque, processualmente, ajudaria muito.

**O SR. RICARDO NUNES** – Sr. Presidente, quero fazer um apelo ao nobre Vereador Paulo Fiorilo. V.Exa., que participou da Comissão de Finanças, já que o Superintendente Sérgio Trani esteve na Comissão e ficou de enviar documentos e até agora não enviou nenhum. Dos carros que transportam as pessoas em óbito, agora só há uma Saveiro. Ou seja, o serviço está cada vez pior. Então, com todo respeito às pessoas que aqui estão, mas, tendo em vista a gravidade da situação, pelo péssimo serviço prestado pelo serviço funerário, peço que o V.Exa., nobre Vereador Fiorilo, acompanhe essa sugestão da Comissão de Finanças, até por conta de o senhor ser um Vereador da cidade de São Paulo e bem conhecer a situação.

**O SR. PAULO FIORILO** – Nobre Vereador Ricardo Nunes, não tenho dúvida de sua preocupação e até partilho dela. Quero, no entanto, aproveitar para avisar V.Exa. publicamente que os documentos solicitados foram enviados à Comissão.

**O SR. RICARDO NUNES** – Nobre Vereador Paulo Fiorilo, se V.Exa. quer defender esse péssimo serviço na Cidade, fique à vontade.

**O SR. PAULO FIORILO** – V.Exa. não está entendendo o que estou falando.

**O SR. RICARDO NUNES** – Não, estou entendendo. É que estou falando da qualidade dos serviços.

**O SR. PAULO FIORILO** – V.Exa. não está entendendo o que estou falando. Estou com a palavra, vou falar e depois permito que V.Exa. fale. O que eu disse foi em relação aos documentos, já que V.Exa. afirmou que eles não tinham sido entregues. A informação que recebemos é que os documentos foram entregues.

Concordei com V.Exa. sobre fazermos o debate, mas só propus que tragamos o Superintendente à Comissão de Finanças para não perder a oportunidade de ouvi-lo. Então, aqui seria a discussão de finanças e orçamentos e, na Comissão de Finanças, amanhã, aprovaremos sua vinda para podermos continuar o debate. Só isso. Não há diferença, mas V.Exa. não ouviu eu fazer. Agora, V.Exa. não me ouviu fazer defesa de péssimo ou de bom

serviço. Estou falando de outra coisa, mas, se V.Exa. quiser misturar com o que o senhor está falando, não há problema nenhum.

**O SR. RICARDO NUNES** – Quero parabenizar o nobre Vereador Paulo Fiorilo, conhecedor do serviço funerário, conhecedor inclusive de pessoas que foram colocadas para entrar com uma ação civil pública e depois contratadas pelo serviço funerário. As coisas não estão bem. Acho que o caso do serviço funerário, nobre Vereador Paulo Fiorilo, está grave e, por conta dessa gravidade, não por um desejo pessoal, devido ao péssimo serviço que presta, deveríamos escutar o Sr. Sérgio Trani, que tem muito a explicar a esta Comissão, a esta Casa, à cidade de São Paulo, às famílias que estão sofrendo com problemas causados pelos serviços de óbito. Não há sequer carro. Quer dizer, do dia que o escutamos até hoje, o serviço só piorou.

Então, com todo respeito às pessoas que aqui estão, mas, por conta disso, acho que o Sr. Sérgio Trani deve satisfação à sociedade e a esta Casa. Só isso.

**O SR. PAULO FIORILO** – De novo, insisto com o nobre Vereador Ricardo Nunes, por quem tenho um carinho e uma admiração muito grande, que são coisas distintas. Só isso. Em nenhum momento estou me negando ou sendo contrário à vinda do Sr. Sérgio Trani. O que estou propondo, em respeito às pessoas que vieram aqui, como já ouvimos os representantes da Secretaria e do HSPM, que ouçamos o representante do serviço funerário e que amanhã – e estou publicamente me comprometendo – façamos um segundo convite, inclusive para que ele explique o que aconteceu dos carros, sobre a questão da contratação, ou seja, tudo aquilo que ele falou para nós na Comissão. Acho isso saudável e importante, até porque é um serviço que tem que ser prestado com qualidade.

Sou defensor da qualidade no serviço público e nunca vou me omitir de falar isso em público.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Nobre Vereador Ricardo Nunes, acredito que V.Exa. vai manter a sua posição. Também concordo com V.Exa., pois recentemente fiquei

sabendo que não existe mais serviço de velório na nossa cidade, estão todos suspensos. Pela gravidade da situação, acho importante ouvirmos com detalhes, mesmo porque já ouvimos o Superintendente faz dois meses mais ou menos e, durante sua fala, foi trazido à baila que seria resolvida essa situação o mais rápido possível. O que verificamos, no entanto, é que está havendo o contrário, está se agravando o problema. Por isso, é importante a participação dele, é importante que ele fale a respeito da situação atual e como pode mudá-la.

Então, eu concordo que encerremos esta audiência pública e, como vamos ter uma nova audiência pública para ouvir outras entidades, que possamos contar com a presença do Sr. Sérgio Trani.

**O SR. PAULO FIORILO** – Sr. Presidente, primeiramente, não temos quórum para deliberação. Segundo, esta é uma audiência pública para discutir a proposta orçamentária. As questões trazidas por V.Exa., pelo Vereador Ricardo Nunes e por mim são fundamentais e necessárias. O que estou propondo é só separar.

**O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura)** – Ouvei atentamente V.Exa. e, após V.Exa. ter repetido por diversas vezes a mesma posição, entendi. Todos nós, tanto eu como o nobre Vereador Ricardo Nunes, ouvimos e compreendemos essa questão, mas entendemos que é fundamental a presença do Superintendente para discorrer sobre o orçamento do próximo ano.

Agradeço a todos a presença.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.